



*Reunião do Conselho Executivo
19 de Dezembro de 2011
Acta n.º 13*

Na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro – Baixo Vouga, compareceram pelas quinze horas, para a reunião ordinária do Conselho Executivo: -----

Presidente do Conselho Executivo, Eng. José Agostinho Ribau Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo; -----

Vice-Presidente, Dr. José Eduardo Alves Valente de Matos, Presidente da Câmara Municipal de Estarreja; -----

Vice-Presidente, Dr. Gil Nadais Resende da Fonseca, Presidente da Câmara Municipal de Águeda; -----

- Dr. João Agostinho Pinto Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha; -

- Eng. Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, Vereador da Câmara Municipal de Anadia; -----

- Dr. Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Vereador da Câmara Municipal de Aveiro; -----

- Dr. António Maria dos Santos Sousa, Presidente da Câmara Municipal da Murtosa; -----

- Sr. Mário João Ferreira da Silva Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro; -----

- Dr. Manuel Alves de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Ovar; -----

- Dr. Manuel da Silva Soares, Presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga; -----

- Dr. Rui Miguel Rocha da Cruz, Presidente da Câmara Municipal de Vagos. -----

Aberta a reunião e iniciados os trabalhos pelo Sr. Presidente, após apresentação de cumprimentos. -----

ACTA N.º 12 DE 21/NOV/2011 -----

Aprovada por unanimidade, com as correcções indicadas por Ovar e Vagos. -----

NOTA DE IMPRENSA DO CE DE NOV/2011 -----

Aprovada por unanimidade. -----

1. INFORMAÇÕES -----

a) – Assembleia Intermunicipal de 05Dez11: -----

O Presidente do CE fez um ponto de situação positivo sobre a reunião da Assembleia Intermunicipal, tendo as GOP's, Orçamento e Mapa de Pessoal 2012 sido aprovados por unanimidade. -----



b) – Boletim Informativo CI Região de Aveiro de Dez 2011: -----

Deu-se nota da distribuição, pelos Municípios, da 2ª edição do Boletim Informativo CI Região de Aveiro, de Dezembro de 2011. A distribuição foi feita tendo como referência o critério do número de eleitores de cada Município. -----

O Dr. José Eduardo de Matos considerou haver espaço de melhoria, em termos da imagem do Jornal, apresentando algumas sugestões. -----

c) – Situação Financeira da CI Região de Aveiro: -----

Foram presentes os seguintes mapas de controlo: -----

- DEVEHAVER - Dez2011 – Fev2012; -----

- DEVEHAVER- Mapa de Créditos; -----

- Resumo POLIS – Execução 2011; -----

- Resumo Op+MARia; -----

Tomado conhecimento. O Presidente do CE referenciou o equilíbrio das operações e salientou os últimos pagamentos efectuados pelos Municípios de Albergaria-a-Velha, Ovar e Murtosa, no âmbito da Polis Litoral Ria de Aveiro. -----

d) – PIMTRA: -----

- Execução de inquéritos aos Cidadãos: -----

O Presidente do CE informou do decurso dos trabalhos de campo, tendo como objectivo a caracterização e diagnóstico da mobilidade da região, no âmbito do *Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro*. O Inquérito à Mobilidade concluiu-se no passado dia 17 de Dezembro. -----

- Candidatura a Projecto Europeu sobre Mobilidade (convite TIS): -----

O Presidente do CE deu conhecimento do teor da carta de intenção elaborada, expressando o interesse da CI Região de Aveiro na adesão ao projecto “*JOURNEY – Joining Urban Mobility for European Accessibility*”. O projecto europeu visa contribuir para a melhoria dos sistemas de mobilidade e transportes das zonas urbanas, através da adopção de uma abordagem inovadora à temática. -----

A carta de intenção apresentada agregará uma candidatura que ainda não foi formalmente apresentada. -----

e) – Polis da Ria de Aveiro: -----

- Decisão da MAMAOT, Pagamentos dos Municípios e Exposição Itinerante: -----

O Presidente do CE informou da aprovação do Plano de Actividades e Orçamento 2012 pelo Conselho de Administração da Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro, S.A. -----

Destacou também o sentimento de instabilidade crescente na empresa Parque Expo porque já está definido o número de pessoas a dispensar. -----

Retomando a abordagem das políticas de gestão adoptadas pela Polis Litoral Ria de Aveiro, o Dr. António Santos Sousa considerou que o que se prevê gastar com enrocamento de margens daria para adoptar um sistema semelhante ao dos holandeses, dentro de uma solução mais duradoura. -----



[Handwritten signatures and initials]

O Dr. José Eduardo de Matos também reiterou o que disse na apresentação do estudo de hidrodinâmica, uma abordagem conservadora que não coloca a hipótese de existir um “canal para o porto”, funcionando em termos de dique, pelo menos para o norte da Ria. Considerando que quanto maior for o nível médio das águas do mar, maior a necessidade de uma solução revolucionária, defende se devia avaliar uma solução holandesa, sem embargo de se verificar se afinal o actual caderno de encargos, cuja cópia pretendia, permitia já essa hipótese fosse agora igualmente suscitada. -----

O Presidente do CE lembrou que Portugal tem o problema da propriedade privada, que os holandeses não têm, porque todo o solo é do Estado e o particular apenas tem o usufruto. --

f) – Águas da Região de Aveiro - AdRA: -----

- Nova Administração da AdP: -----

O Presidente do CE informou que já foi nomeado o novo Presidente da AdP mas ainda não tomou posse. -----

- Revisão do Modelo Técnico e do EFEV: -----

O Presidente do CE confirmou a situação de indefinição sobre a revisão do Modelo Técnico e do EFEV. O Dr. José Eduardo de Matos sublinhou a delicadeza da actual situação, pois os investimentos estão atrasados e a harmonização do tarifário não, o que desequilibra as bases da Parceria e a incumpre. O mesmo problema no tocante às retribuições previstas. O Governo tem de tomar decisões, pois os Municípios não podem ficar indefinidamente à espera. -----

2. 3ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO 2011 -----

Foi presente a 3ª Alteração Orçamental por força das seguintes alterações ao orçamento inicial: -----

- Reforço Seguros Acidentes de Trabalho – 50€ - Recibo de prémio do seguro de acidentes de trabalho emitido em Dezembro que contempla o ano completo de 2012 e cuja folga existente era insuficiente para cobrir o ano de 2012; -----

- Reforço Deslocações e Estadas – 450€ - Correção de uma despesa de deslocação do Presidente a Bruxelas, que fora indevidamente contemplada numa rubrica do GAC. -----

Foi deliberado por unanimidade e em minuta a sua aprovação. -----

3. AS PORTAGENS DAS SCUT'S -----

Foi presente a seguinte questão, introduzida pelo Dr. José Eduardo de Matos: -----

“Um mês depois da entrada em vigor do pagamento de portagens nas (ex) SCUT, importa salientar as particularidades que este sistema induziu no “tratamento” dado à Cidade de Aveiro, enquanto aglomerado Urbano e cidade capital de Distrito. -----

Como é sabido, neste momento, a ligação prioritária entre o eixo viário principal (A1), outros eixos rodoviários (A29 e IC2) e a cidade de Aveiro é efectuada através de um troço da A25 (11 km do nó da A1 até à saída de Esgueira), troço esse portajado em 2 locais.-

A partir de Julho de 2012, o custo para chegarmos a Aveiro, vindos da A1, A29, IC2 ou EN109 (até à entrada da A25 em Fermelã) será de 1.35 €!!! -----



A alternativa é seguir pela EN 109 de Angeja a Aveiro... Mas circulando no troço Esgueira-Cacia deparamo-nos com trânsito pára-arranca até à ponte do Rio Vouga; só depois de passada a ponte, o tráfego começa a fluir. A sensação que se tem ao fazer esse troço é que recuámos 20 anos, ao período pré-IP5! -----

Ou seja, para chegarmos a Aveiro por uma via minimamente "fluida" temos de, inevitavelmente, pagar portagem! -----

Agora analisemos casos de outras cidades: -----

Braga: a ligação da portagem dos eixos principais (A3, A11) à cidade (zona do Minho Center/Hipermercado Continente), com extensão de 8,0 km é feita em via com perfil de auto-estrada, sem portagem. O acesso Norte à cidade (quem vem de Ponte de Lima/Vila Verde) possibilita o acesso a um troço de variante com perfil de auto-estrada e extensão de 5 km, sem portagem; -----

Guimarães: a ligação da portagem do eixo principal (A7/A11) à cidade (zona do Guimarães Shopping), com extensão de cerca de 4,0 km é feita em via com perfil de auto-estrada, sem portagem; -----

Coimbra: a ligação da portagem dos eixos principais (A1/A14) à cidade (zona da Estação Coimbra B), com extensão de cerca de 12,0 km é feita em via com perfil de auto-estrada, sem portagem; -----

Leiria: a ligação da portagem do eixo principal (A1) à cidade (zona do Hospital), com extensão de cerca de 15,0 km é feita em via com perfil de auto-estrada, sem portagem; -----

Figueira da Foz: 12 km da A14, entre a Figueira (km 0) e Montemor (portagem de Sta. Eulália, km 12), sem portagem; -----

Óbidos: 28 km da A8, entre o Bombarral/Óbidos (portagem do Bombarral, km 58 e portagem da Tornada, km 86), sem portagem. -----

Se a estes exemplos juntarmos ainda os casos dos acessos a Lisboa e ao Porto, concluiremos rapidamente pela discriminação que Aveiro sofre relativamente a todos estes exemplos. -----

Somos o 4º Distrito que mais paga em IRC, contribuindo assim mais do que os Distritos de Braga, Coimbra ou Leiria para a riqueza do país e mesmo assim somos penalizados relativamente a estes. Não é tempo de dizer basta?" -----

Da análise da situação em causa resulta que a Região de Aveiro é a mais prejudicada, constatando-se que as SCUT A25 Aveiro, para curtas distâncias, torna-se mais cara que as auto-estradas normais. -----

O Dr. Manuel Soares propôs a adopção do critério de isenção com base na NUTII, em vez da NUTIII, o que leva a que o concelho de Sever do Vouga tenha de pagar, quando concelhos vizinhos estão isentos. -----

O Dr. Manuel Oliveira propôs a renegociação das concessões. -----

O Dr. José Eduardo de Matos informou que o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicação, Dr. Sérgio Monteiro, pretende reavaliar, em 2012, a situação das portagens, em termos económicos, propondo o envio da proposta apresentada ao Sr. Secretário de Estado, em complemento ao que já foi referido no relatório apresentado pela CI Região de Aveiro, o que foi aprovado. -----



[Handwritten signatures and initials]

4. O DOCUMENTO VERDE DA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL -----

- Debate: -----

- Estudo-Piloto das CIM's: -----

- Parecer Conjunto CIRA/UA: -----

O Presidente do CE destacou e colocou à consideração, um conjunto de ideias que corporizam o parecer a apresentar ao Governo, em meados de Janeiro. São elas: -----

Ponto 2 - Modelo institucional de reprogramação e Inovação no campo democrático -----

• Enriquecer os mecanismos de representatividade dos Eleitos Locais e dos Deputados da Assembleia da República; -----

• Melhorar a estrutura de critérios para a definição da configuração das Freguesias, ponderando factores de natureza sócio-cultural e numa lógica Nacional e não delimitada a uma lógica Municipal; -----

• Um Poder Local forte é um garante e um contributo relevante para a qualidade da democracia, devendo ser um espaço de experimentação de modelos de participação dos Cidadãos, numa lógica de inovação democrática que os mobilize mais; -----

• Definição legal de limites para as despesas com Pessoal, com Dirigentes e com Unidades Orgânicas nas Câmaras Municipais, mas deixando margem de autonomia de gestão;

• As questões da governança e da inovação social invocam a importância e a urgência de abrir novas temáticas como a da liderança territorial e/ou “colaborativa” que esta importante Reforma da Administração Local e premente e profunda reforma da Administração Central não podem ignorar. -----

Ponto 3 - A Governança Intermunicipal e inter-institucional e a Organização da Administração do Território -----

• O redesenhar das competências dos vários sectores do Estado e dos três patamares da Administração Local; -----

• Descentralização de competências na área da Educação; -----

• Gestão da diferença que existe entre os Municípios e as Comunidades Intermunicipais / Áreas Metropolitanas; -----

• Reforço relevante das competências das Comunidades Intermunicipais e das Áreas Metropolitanas e em consequência da sua acrescida importância política (e só neste caso) deve implementar-se a Eleição directa dos seus Presidentes-Executivos. -----

Ponto 4 – Poder Local e desenvolvimento económico, sistemas de financiamento e o contexto da União Europeia -----

• É atribuído ao Poder Local o papel de promotor do investimento público nas áreas potenciadoras ou geradoras de desenvolvimento económico; -----

• As questões da mobilidade e as do empreendedorismo têm de ser apostas capitais no novo Poder Local, que trabalha em redes inter-institucionais e em permanente atitude de investimento na inovação social; -----

• A prevalência da lógica de equipa inter-institucional em detrimento da lógica individual é uma reforma necessária e urgente, no quadro da legislação e da gestão política; --

• É necessário determinar a afectação das verbas do Orçamento do Estado em subordinação às competências definidas, e numa lógica assente em mecanismos que definam os montantes a atribuir a cada Município de forma supletiva à sua capacidade de gerar receitas



[Handwritten signatures and initials, including 'Ri' and 'Fundação' visible]

próprias. A receita base fundamental no financiamento do Poder Local tem que ser o imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). -----

O Prof. Dr. Varga Carlos Jalali, membro da equipa mista da UA (Departamento de Ciências Políticas e do Território), salientou a visão global da equipa que elaborou a presente versão do documento, destacando a preocupação em elaborar um parecer que seja realista, útil e relevante para o País, apesar de não se esperar que todos os contributos sejam considerados no âmbito da reforma da Administração Local. -----

No âmbito do parecer, salientou os seguintes princípios e vantagens: diversidade, flexibilidade, democraticidade, proximidade e subsidiariedade, destacando três grandes objectivos da reforma: a descentralização, a democratização (qualidade da democracia) e o desenvolvimento (instituições/estruturas mais eficientes e eficazes) e ainda a salvaguarda dos custos de transição. Qualificou a proposta, como um bom documento de base para a reflexão do Poder Local no País. -----

O Dr. António Santos Sousa considerou a proposta pouco ousada e arrojada, defendendo a extinção das Assembleias Municipais e sua substituição por “Vereação Geral” e “Vereação de Bairro”, com conhecimentos mais aprofundados sobre os assuntos. Considerou o tema da Educação como um dos temas que deveria ser tratado no âmbito regional. Discordou com a proposta de eleição directa do Presidente-Executivo. Lamentou ainda a falta de liderança do Município de Aveiro na região, o que prejudica a própria região. -----

O Dr. Manuel Oliveira considerou o documento bem feito, em termos genéricos e de princípios, contrariando inclusive alguns dos princípios do Documento Verde da Reforma da Administração Local. Neste âmbito, acrescentaria um patamar, que não sendo local nem central, não tem democraticidade e que é o da CCDR, já que a assessoria jurídica das Câmara Municipais é feita, sobretudo, pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Sendo de opinião que quanto mais caminhar, em termos globais, mais terá que ser reforçada a escala local, com competências bem definidas. Sobre o tema educação lembrou a necessidade de gestão de equipamentos (não são só os edifícios) e conteúdos, que implicam respostas diferenciadas em função da oferta educativa. -----

O Dr. Pedro Ferreira destacou as áreas da educação, saúde e acção social. Abordou a transferência de competências da Administração Local para as CIM's, preocupando-o o facto do Governo nada referir sobre a transferência de competências da Administração Central para as CIM's e a ausência de decisões políticas prévias às decisões técnicas. Lembrou ainda as razões da criação da reforma, maioritariamente princípios de poupança, constatando-se que a reforma da Administração Local implica impactos financeiros que poderão ser nulos ou poderão gerar mais custos, o que seria muito grave, face aos objectivos pretendidos. Outro aspecto a realçar, é que o documento nunca refere os Municípios, abordando apenas as Freguesias. Referiu ter dúvidas sobre a legitimidade do modelo de eleição do Presidente Executivo e confessou alguma dificuldade em assumir como receita principal das CIM's o IMI, quando estamos a atingir o limite do que é possível as pessoas pagarem. Considerou essencial que todos os Municípios acordassem sobre as competências a transferir para as Comunidades Intermunicipais. -----



Handwritten signatures and initials, including 'Ri' and 'D. João'.

O Sr. Mário João Oliveira afirmou rever-se no que foi dito, concordando com a transferência de competências da CCDR, defendendo o reforço da fiscalização e áreas de investimento de cada órgão e a criação de uma lista única aos órgãos municipais para escolha livre. Defendeu a constituição de parcerias público-privadas com muitas salvaguardas, procurando corrigir-se o que foi mal feito, caso se opte pela adopção desse modelo. -----

O Dr. José Eduardo de Matos sugeriu acrescentar-se um parágrafo que aborde a preocupação de não repetirmos erros do passado, considerando que Portugal tem repetido erros, em termos cíclicos, ao longo da história, estando convicto que o problema está nos valores e não na educação, tendo apresentado alguns exemplos. Considera que cada competência deve implicar autonomia do seu exercício. Concordou com a proposta da Murtosa sobre o modelo de participação dos cidadãos em alternativa ao modelo actual de responsabilidade diluída por todos. -----

O Dr. Santos Sousa esclareceu que segundo o modelo americano, o vereador eleito pelo bairro vê-se obrigado a reunir com as pessoas e a ouvir regularmente a população que o elegeu, quando em Portugal, um Presidente de Junta de Freguesia ou de Assembleia Municipal não tem essa necessidade porque atira as responsabilidades para o Presidente de Câmara. -----

O Sr. Mário João Oliveira acrescentou um outro aspecto a melhorar - os orçamentos -, que deveriam reflectir todos os contratos assinados e não serem, em muitas matérias, uma farsa. Esta afirmação foi confirmada pelo Dr. José Eduardo de Matos que, segundo opinião de um inspector do IGF, afirmou que o caminho passará por fazer-se uma avaliação em função da capacidade efectiva de angariação de receitas pelo Município. -----

O Presidente do CE esclareceu que a elaboração do parecer baseou-se em alguns princípios previamente estabelecidos e que algumas matérias foram condicionadas pelo próprio Governo, que não abdica delas. Nessa condição optámos por não estarmos muito fora das orientações do Governo, de forma a conseguirmos ganhar alguma coisa, condicionando-se algumas matérias e outras serem totalmente livres. Conclui, do debate, que deveremos dar prevalência às transferências de competências e secundarizar ou até eliminar a delegação de competências. Em termos financeiros, a Reforma da Administração Local constitui uma mentira face ao objectivo de redução de despesas. O próprio Governo não consegue esclarecer como é feita a descentralização de competências e quanto custa a execução de uma competência. É também favorável à criação de um limite ao IMI, já que existem cidadãos que continuam a pagar muito pouco e outros a pagar muito, inclusive casos de vizinhança. -----

O Prof. Dr. Varga Carlos Jalali acrescentou que este processo requer “jogar o jogo”, aceitando alguns aspectos da reforma, para conseguirmos obter alguns dos resultados que desejamos. Lembrou que o reforço dos poderes de fiscalização da Assembleia Municipal é uma das propostas do Documento Verde, faltando saber-se de que forma será exequível. Quanto à forma de eleição da CIM, referiu que a democracia pode ter dois eixos: um homem - um voto ou a lógica territorial de representação. Neste documento propõe-se um modelo misto. -----

O Dr. Rui Cruz concordou com o documento apresentado, do ponto de vista teórico. Considera que o Presidente da CIM deve ser eleito, com ou sem reforço de competências. Se o Presidente da CIM não acumulasse o cargo de Presidente de Câmara, teria outra condição para analisar, de forma despegada, alguns dos interesses da região. Considera que algumas

[Handwritten signatures and initials]

das competências de organismos que vão ser extintos, como Governo Civil, DRAP, etc, se justificariam passar de imediato para a CIM, sendo certo que as transferências acompanhadas dos recursos humanos e da despesa geram redução de custos ao nível do Estado Central. Defendeu também a equiparação de titulares de cargos públicos. Sendo os autarcas titulares de pequenos cargos públicos, os Presidente de Câmara não deveriam ser os únicos responsáveis por tudo, desresponsabilizando-se Vereadores e Chefias. Se a lei afirma que todos temos a mesma dignidade, também deveria ser assim na responsabilidade dos altos titulares de cargos públicos. Defende ainda que todos os eleitos, incluindo deputados, devam ter idêntica limitação e acumulação de mandatos na lei, devendo existir o princípio da exclusividade, no exercício de funções públicas. Concluiu referindo que também deveria existir uma uniformização de modelos de gestão/órgãos. -----

5. PROJECTOS QREN: -----

a) Gestão do Contrato de Subvenção-Global e do MaisCentro: -----

i. Ponto de Situação: -----

Foi apresentado o ponto de situação da gestão e execução do contrato de delegação de competências, à data de 14/12/2011, tendo por base o documento “*Contratualização Ponto de situação*”, enviado com a convocatória da reunião a todos os membros do Conselho Executivo. -----

A tabela seguinte evidencia a situação actual da execução por Município. -----

Município	Designação	Investimento Total	Investimento Elegível	FEDER Comprometido		Execução Financeira		Execução Física
				€	%	(€)	(%)	
Águeda	Criação de Percursos Pedonais e Cicláveis	277.080,27 €	178.859,12 €	143.087,30 €		99.786,87 €	69,74%	100,00%
	Construção de açude	1.840.857,95 €	1.840.857,95 €	1.472.686,36 €		1.178.186,26 €	80,00%	100,00%
	Requalificação da margem Norte do Rio Águeda	2.581.644,97 €	2.574.809,47 €	2.059.847,58 €		1.201.577,13 €	58,33%	100,00%
	Parque Empresarial do Casarão	5.654.797,77 €	3.479.754,43 €	1.302.994,05 €		56.049,11 €	4,30%	2,00%
	Total Águeda	10.354.380,96 €	8.074.280,97 €	4.978.615,28 €	75,1%	2.535.599,37 €	38,3%	
Albergaria-a-Velha	Construção de Pavilhão Polidesportivo de Angeja	1.771.319,41 €	1.686.970,87 €	1.349.576,70 €		1.349.576,70€	100,00%	100,00%
	Teatro Alba	2.533.998,10 €	1.050.000,00 €	840.000,00 €		320.706,91€	38,18%	70,00%
	Biblioteca Municipal de Albergaria-a-Velha	2.098.327,25 €	2.096.622,96 €	1.677.298,37 €		26.376,48 €	1,57%	32,30%
	Requalificação da Zona Industrial - 1ª Fase	263.561,62 €	263.561,62 €	94.275,99 €		40.367,25 €	42,82%	100,00%
	Total Albergaria-a-Velha	6.667.206,38 €	5.097.155,45 €	3.961.151,05 €	98,4%	1.737.027,34 €	43,2%	
Anadia	Espaços Internet e Internet nos Espaços	590.034,00 €	590.034,00 €	472.027,20 €		0,00 €	0,00%	25,0%
	Implementação de energias renováveis - complexo desportivo	331.910,48 €	331.910,48 €	265.528,38 €		261.053,52 €	98,31%	100,0%
	Beneficiação do troço - Rotunda da Cerâmica - Limite do Concelho	213.464,00 €	213.464,00 €	170.771,20 €		153.187,02 €	89,70%	100,0%
	Parque Desportivo - Ampliação do Estádio Municipal de Anadia	232.670,00 €	212.000,00 €	169.600,00 €		0,00 €	0,00%	100,0%
	Beneficiação da CM 1656 entre a EN1/IC2 8Av. de Caminho) e Limite do Concelho	229.976,88 €	229.976,88 €	132.682,86 €		0,00 €	0,00%	30,1%



Handwritten signatures and initials, including 'Ri' and 'Jon'.

	Beneficiação da estrada de Ligação da EM611 entre a rotunda da EN333-1 e a da Curia	341.865,47 €	335.135,07 €	132.653,16 €		13.102,95 €	9,88%	10,0%
	Beneficiação da Estrada de Ligação do Cruzamento EM 605, Avelãs de Cima até à EN 336 Ferreiros em 4,95Km	241.144,40 €	241.144,40 €	132.701,76 €		128.669,83 €	96,96%	68,7%
	Requalificação Urbana e Acessibilidades Integradas da Cidade de Anadia	1.435.770,00 €	1.431.772,92 €	512.173,81 €		0,00 €	0,00%	5,0%
	Área de Acolhimento Empresarial de Vilarinho do Bairro	866.909,29 €	853.312,60 €	312.841,47 €		23.875,63 €	7,63%	8,0%
	Total Anadia	4.483.744,52 €	4.438.750,35 €	2.300.979,84 €	40,7%	579.888,95€	10,2%	
Aveiro	Requalificação da EN 230-1 entre Eixo e Quintãs (1ª fase)	1.342.889,64 €	1.342.889,64 €	1.074.311,71 €		169.768,89 €	15,80%	29,55%
	Corredores Ecológicos do Concelho de Aveiro - 1ª Fase	254.245,96 €	254.245,96 €	203.396,77 €		18.192,00 €	8,94%	47,89%
	Casa da Cidadania	542.535,00 €	542.535,00 €	217.014,00 €		217.014,00 €	100,00%	100,00%
	Pólo de arte contemporânea	371.515,88 €	371.515,88 €	297.212,70 €		35.539,20 €	11,96%	13,18%
	Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental	913.038,47 €	912.589,69 €	730.071,75 €		326.852,68 €	44,77%	46,64%
	Avenida Quinta do Cruzeiro e Agrads do Norte	759.559,88 €	749.532,38 €	599.625,90 €		43.276,90 €	7,22%	30,95%
	Total Aveiro	4.183.784,83 €	4.173.308,55 €	3.121.632,84 €	50,3%	810.643,67 €	13,1%	
Estarreja	Área Desportiva Municipal - Piscina Municipal de Estarreja	3.820.649,74 €	3.350.201,46 €	2.680.161,17 €		2.680.161,19 €	100,00%	100,00%
	Centro Cívico de Veiros	274.182,33 €	274.182,33 €	219.345,86 €		200.338,45 €	91,33%	95,00%
	Área Social do Eco-Parque Empresarial de Estarreja	2.045.475,83 €	1.926.062,00 €	1.540.849,60 €		432.259,36 €	28,05%	50,00%
	Centro Cívico de Avanca	195.719,73 €	195.719,73 €	156.575,78 €		22.713,65 €	14,51%	50,00%
	Beneficiação da Casa da Cultura	272.028,98 €	272.028,98 €	217.623,18 €		210.529,76 €	96,74%	100,00%
	Variante Sul ao Eco-Parque / EN-558	528.648,46 €	528.648,46 €	422.918,77 €		183.952,70 €	43,50%	60,00%
	Total Estarreja	7.136.705,07 €	6.546.842,96 €	5.237.474,37 €	94,9%	3.729.955,11 €	67,6%	
Ílhavo	Circular Nascente 1ª fase	2.843.944,04 €	2.138.338,04 €	1.710.670,43 €		1.625.773,99 €	95,04%	100,00%
	Ampliação e Beneficiação do Centro Cultural da Gafanha da Nazaré	2.369.377,52 €	2.256.193,52 €	1.804.954,82 €		1.728.710,18 €	95,78%	100,00%
	Qualificação urbana da antiga EN 109	1.864.002,36 €	928.445,47 €	742.756,38 €		660.636,36 €	88,94%	100,00%
	Ampliação e reformulação do Mercado da Costa Nova	1.649.497,49 €	697.691,02 €	558.152,82 €		557.479,04 €	99,88%	100,00%
	Parque Municipal de Desporto e Lazer / Construção de Campos de Treino e Vedação	844.599,80 €	789.756,41 €	294.128,98 €		183.952,70 €	43,50%	100,00%
		Total Ílhavo	9.571.421,21 €	6.810.424,46 €	5.110.663,42 €	100,0%	4.734.276,84 €	92,7%
Murtosa	Construção da Variante à EN 224-2, na Freguesia do Bunheiro e Arranjo Envolvente	939.923,37 €	939.923,37 €	751.938,70 €		212.275,05€	28,23%	35,90%
	Arquivo Municipal	655.360,07 €	587.412,00 €	469.929,60 €		15.568,07 €	3,31%	100,00%
	Porta de entrada para a mobilidade sustentável da Ria	1.127.973,66 €	1.121.232,96 €	896.986,37 €		697.320,09 €	77,74%	85,10%
	Total Murtosa	2.723.257,10 €	2.648.568,33 €	2.118.854,66 €	85,0%	925.163,21€	37,1%	
Oliveira do Bairro	Construção de Biblioteca e auditório de Oiã	1.225.160,32 €	1.225.160,32 €	980.128,26 €		963.753,78 €	98,33%	100,0%
	Casa da Cultura	4.576.273,68 €	4.317.239,32 €	3.453.791,46 €		0,00 €	0,00%	1,8%
	Requalificação da Rua de	578.669,73 €	555.790,49 €	444.632,39 €		387.332,92 €	87,11%	97,8%



Handwritten signatures and initials:
 Rui
 José Duarte
 R:
 9

	São Sebastião - Oliveira do Bairro							
	Reabilitação da Rua do Depósito de Água de Bustos	410.851,66 €	400.675,66 €	320.540,53 €		193.572,60 €	60,39%	69,3%
	Regeneração da Palhaça - Espaço da Feira	1.400.774,96 €	1.324.994,92 €	1.059.995,94 €		854.043,75 €	80,57%	81,9%
	Total Oliveira do Bairro	8.191.730,35 €	7.823.860,71 €	6.259.088,58 €	138,8%	2.398.703,05 €	53,2%	
Ovar	Remodelação da Avenida da Praia de Esmoriz	1.151.643,68 €	1.151.643,68 €	921.314,94 €		921.314,94 €	100,00%	100,00%
	Pavimentação e Drenagem de Águas Pluviais da Rua Irmão Oliveira Lopes - Válega	316.361,58 €	316.361,58 €	253.089,26 €		232.249,42 €	91,77%	100,00%
	Beneficiação da Rua de Gondozende	529.137,98 €	529.137,98 €	423.310,38 €		378.306,80 €	89,37%	100,00%
	Beneficiação da Rua da Granja e Travessa da Granja - S. João de Ovar	274.942,36 €	274.412,36 €	219.529,89 €		204.340,34 €	93,08%	100,00%
	Qualificação Ambiental do Buçaquinho (Cortegaça)	1.626.222,25 €	1.626.222,25 €	1.300.977,80 €		124.578,54 €	9,58%	30,00%
	Beneficiação da Rua Cidade de Pernik	380.910,00 €	357.672,98 €	286.138,38 €		71.206,70 €	24,89%	100,00%
	Implementação da Rede Ciclável do Concelho de Ovar - Ecopista entre as Praias do Furadouro e Esmoriz	721.510,95 €	721.510,95 €	577.208,76 €		49.183,38 €	8,52%	20,00%
	Pavilhão Gimnodesportivo de Arada	1.351.524,32 €	1.348.270,79 €	483.435,97 €		44.493,64 €	9,20%	20,00%
	Programa Integrado de Reabilitação e Ampliação da Casa Museu Júlio Dinis - Uma Casa Ovarense e Beneficiação da Ponte do Casal - Ovar	398.386,98 €	398.386,98 €	180.509,14 €		18.906,03 €	10,47%	25,00%
Total Ovar	6.750.640,10 €	6.723.619,55 €	4.645.514,53 €	81,7%	2.044.579,79 €	36,0%		
Sever do Vouga	Implementação do VougaPark	7.178.623,12 €	6.318.927,09 €	5.055.141,67 €		2.652.141,39 €	52,46%	57,28%
	Total Sever do Vouga	7.178.623,12 €	6.318.927,09 €	5.055.141,67 €	148,0%	2.652.141,39 €	77,7%	
Vagos	Complexo Desportivo de Vagos - Pista de atletismo	500.045,71 €	500.045,71 €	400.036,57 €		400.036,57 €	100,00%	100,00%
	Abertura de Estrada entre as Rotundas de Fontão e Carregosa	406.065,60 €	406.065,60 €	324.852,48 €		35.115,98 €	10,81%	37,00%
	Requalificação urbanística do espaço interior entre o Pavilhão e as Piscinas Municipais	436.809,77 €	413.239,36 €	330.591,49 €		302.950,02 €	91,64%	100,00%
	Arranjos exteriores ao equipamento de apoio social e administrativo na ZIV	322.687,65 €	322.687,65 €	258.150,12 €		258.150,12 €	100,00%	100,00%
	Recuperação do Pavilhão Gimnodesportivo de Vagos	408.454,22 €	407.730,77 €	326.184,62 €		259.088,54 €	79,43%	100,00%
	Construção da Biblioteca Municipal	1.224.446,60 €	1.224.446,60 €	979.557,28 €		531,27 €	0,05%	6,00%
	Arranjos Exteriores do Estádio Municipal de Vagos	661.115,49 €	661.115,49 €	528.892,39 €		122.627,73 €	23,19%	89,00%
	Total Vagos	3.959.625,04 €	3.935.331,18 €	3.148.264,94 €	79,8%	1.378.500,23 €	34,9%	
Total	71.201.118,68 €	62.591.069,60 €	45.937.381,19 €	76,5%	23.526.478,95 €	39,17%		

O Presidente do CE informou que a Bolsa de Mérito ainda não abriu e, provavelmente, só abrirá após a eleição de novos dirigentes da CCDRC. Das três tipologias prioritárias previstas (Educação, Requalificação Urbana e Ciclo Urbano da Água), o Ciclo Urbano da Água passou para o POVT. Entretanto, a ANMP já aprovou um Relatório sobre os pendent



[Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.]

do QREN. Lembrou também a situação delicada da duração do Memorando ANMP/Governo sobre a execução do QREN, que termina no final de 2011 e que condiciona os regulamentos do QREN. Para o ano, com a aprovação da reprogramação técnica, a taxa de 85% de financiamento não sofrerá alterações porque não depende de acordo com o Governo. Só se pagam os 5% finais com o fecho da candidatura e apresentação dos relatórios finais. Como da parte do Mais Centro há um maior grau de confiança no trabalho da CI Região de Aveiro, face à qualidade do trabalho demonstrada pela equipa interna, este factor permite agilizar os procedimentos e as transferências, da parte do Mais Centro. -----

b) Grupo de Acção Costeira da Região de Aveiro (FEP): -----

- Ponto de situação: -----

O Presidente do CE informou que continua por resolver o problema da elegibilidade do IVA e que este está a bloquear a contratualização dos projetos já aprovados. As duas candidaturas pendentes - Desportivos da Costa Nova e S. Jacinto - foram entretanto objecto de parecer positivo da Unidade de Gestão do PROMAR.-----

- Abertura de procedimentos concursais para execução de projectos: -----

O Presidente do CE informou estarem praticamente prontos os procedimentos de contratação de serviços no âmbito dos projetos da CIRA - Enguias da Ria de Aveiro e Campanha Promocional - bem como no âmbito do protocolo com o Turismo do Centro - PRORIA. -----

c) Eficiência Hídrica: -----

- Gestão do projecto: -----

Foram presentes os seguintes documentos: -----

- Resumo Eficiência Hídrica; -----

- Eficiência Hídrica - Reprogramação. -----

Tomado conhecimento do ponto de situação do projecto. Foi deliberado por unanimidade e em minuta a aprovação da proposta de reprogramação do projecto. -----

d) RUCI - Ponto de situação do Concurso de Pessoal (4 Técnico Superior): -----

O Presidente do CE informou que no dia 15 de Dezembro terminou o período de audiência dos interessados, decorrente da aplicação do método de Entrevista de Avaliação de Competências. No exercício do direito de audiência, foram interpostos três recursos, que o júri do procedimento concursal irá apreciar e decidir, para notificar os candidatos o mais breve possível. Após essa fase, os candidatos ainda poderão interpor recurso hierárquico para o Conselho Executivo da CI Região de Aveiro, dispondo de mais dez dias úteis para o fazerem. Se não o fizerem, o Júri estará em condições de elaborar a lista unitária de ordenação final, para homologação pelo Conselho Executivo, na reunião de Janeiro de 2012. -----

6. OUTRAS ACTIVIDADES: -----

O Presidente do CE destacou as seguintes actividades: -----



- CE de Janeiro, dia 16 de Janeiro 2012, às 09h30, em Águeda. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi dada por encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente acta, assinada por todos os presentes. -----

José Agostinho Ribau Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo

José Eduardo Alves Valente de Matos, Presidente da Câmara Municipal de Estarreja

Gil Nadais Resende da Fonseca, Presidente da Câmara Municipal de Águeda

João Agostinho Pinto Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha

Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, Vereador da Câmara Municipal de Anadia

Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Vereador da Câmara Municipal de Aveiro



Região
de Aveiro
Comunidade Intermunicipal - Execução

António Maria dos Santos Sousa, Presidente da Câmara Municipal da Murtosa

Mário João Ferreira da Silva Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro

Manuel Alves de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Ovar

Manuel da Silva Soares, Presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga

Rui Miguel Rocha da Cruz, Presidente da Câmara Municipal de Vagos